RBEMF

Revista Brasileira de Economia Monetária e Financeira

Volume 2 | Número 1 | 2024

O capitalismo para mulheres negras periféricas: divisão sexual do trabalho e racismo

Mariana Tinouco da Silva

UFRJ ie. instituto de economia

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPERJ Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Observatório do Banco Central GRUPO DE ESTUDOS DO IE-UFRJ

O capitalismo para mulheres negras periféricas: divisão sexual do trabalho e racismo

Capitalism for peripheral black women: sexual division of labor and racism

Mariana Tinouco da Silva

Estudante de Graduação do curso de Ciências Econômicas - Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu- UFRRJ

mariana.tinouco@gmail.com

Resumo

O texto aborda, sob a perspectiva da economia feminista, como a divisão sexual do trabalho e o racismo influenciam as trajetórias ocupacionais e salariais das mulheres negras periféricas. A divisão sexual do trabalho, com base nos princípios de separação e hierarquia, perpetua a desvalorização do trabalho feminino, relegando as mulheres a papéis subalternos tanto na esfera doméstica quanto no mercado de trabalho. Além disso, o racismo estrutural intensifica as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras, impondo-lhes um fardo triplo de discriminação, objetificação e precariedade socioeconômica.

Palavras-chave: Capitalismo; Divisão Sexual do Trabalho; Racismo; Mulheres Negras

Abstract

The text discusses, from the perspective of feminist economics, how the sexual division of labor and racism influence the occupational and wage trajectories of black peripheral women. The sexual division of labor, based on principles of separation and hierarchy, perpetuates the devaluation of female work, relegating them to subordinate roles both in the domestic sphere and in the labor market. Additionally, structural racism intensifies the difficulties faced by black women, imposing on them a triple burden of discrimination, objectification, and socioeconomic precariousness.

Keywords: Capitalism; Sexual Division of Labor; Racism; Black Women

1. Introdução

Na economia mais tradicional e ortodoxa, a inserção econômica dos indivíduos é comumente analisada sob a perspectiva do capital humano, que se refere ao conjunto de habilidades, conhecimentos e experiências que uma pessoa adquire ao longo de sua vida. Nesse contexto, a ênfase recai sobre o investimento pessoal em educação e formação profissional como determinantes-chave para o sucesso econômico. No entanto, Teixeira (2018) argumenta que o paradigma dominante falha em não reconhecer as complexas relações socioeconômicas de poder que existem entre as diferentes classes, raças e gêneros. Ao limitar o argumento às escolhas individuais, geram-se consequências significativas na formulação de modelos teóricos, especialmente ao tentar explicar as dinâmicas dentro das famílias e na interação com a sociedade. Além disso, ao não considerar as diversas realidades vivenciadas por diferentes grupos, essas teorias tendem a minimizar os indivíduos a um modelo único, geralmente o de um homem cis-hétero branco[1].

Portanto, divergindo dessa perspectiva convencional, este texto se propõe a explorar a partir da ótica da economia feminista como a divisão sexual do trabalho e o racismo determinam e limitam a inserção econômica das mulheres negras periféricas. Ao adotar essa abordagem, busca-se destacar as interconexões entre gênero, raça e classe, reconhecendo que esses fatores desempenham um papel crucial na configuração das trajetórias ocupacionais e salariais das pessoas, especialmente daquelas pertencentes a grupos historicamente marginalizados e subjugados.

2. Capitalismo, Gênero e a Divisão Sexual do Trabalho

No cerne do capitalismo, encontramos uma intrincada teia de mecanismos de exploração que moldam e perpetuam as desigualdades sociais. Uma dessas engrenagens é a divisão sexual do trabalho (DST), conceituada por Hirata e Kergoat (2007) como a maneira pela qual as tarefas são distribuídas na sociedade com base nas relações sociais entre os sexos. Essa divisão não é apenas uma questão de eficiência econômica, mas também um fenômeno histórico[2] essencial para a manutenção das relações sociais estabelecidas. As autoras ainda propõem a existência de dois princípios na DST.

> Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a "papéis sociais" sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

A análise das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho é crucial para compreender as desigualdades entre os gêneros, reconhecendo que esses conceitos são parte de um sistema mais amplo de opressão e exploração. A economia feminista, contrariando a economia convencional, reconhece que a economia mercantil depende da economia não mercantil, uma vez que os salários são insuficientes e as famílias dependem do trabalho não remunerado realizado no âmbito doméstico (TEIXEIRA, 2018). Desse modo, entende-se que a produção de mercadorias não é apenas um processo isolado de fabricação, mas está intrinsecamente ligada à necessidade de garantir que haja uma força de trabalho disponível para operar nesse sistema. Em outras

[1] Termo utilizado para se referir a representação máxima da figura privilegiada na sociedade.
[2] NOGUEIRA, 2010, p.59

palavras, a produção de bens está intimamente ligada à reprodução social[3], o que evidencia que a produção e a reprodução do capital determinam a produção e reprodução da classe trabalhadora (OLIVERA, 2022; SARAIVA, 2018).

E aqui reside a dura lógica do sistema: a manutenção das desigualdades de gênero é funcional à acumulação de capital. Uma vez que essa separação de esferas não contabiliza parte dos custos de reprodução da força de trabalho, já que os trabalhos associados à reprodução, que assumidos como uma responsabilidade predominantemente feminina, são cruciais para a sustentação do sistema capitalista (MANESCHY, 2013; OLIVERA, 2022). Ao externalizar os custos associados à reprodução da força de trabalho para o âmbito doméstico e não remunerá-los, o capitalismo se beneficia de uma mão de obra mais barata e eficiente. O trabalho não remunerado realizado pelas mulheres nas esferas domésticas e de cuidado permite que o capital minimize os custos de produção, aumentando assim sua margem de lucro. Portanto, uma "relação de igualdade substantiva no espaço reprodutivo, como no espaço produtivo, não é do interesse e, nem tão pouco, faz parte da lógica do capital" (NOGUEIRA, 2010, p.61). É por estas características, que as autoras feministas se referem ao "sistema capitalista patriarcal" em referência ao sistema econômico vigente.

Nesse sistema, portanto, onde o gênero funciona como uma variável de desigualdade, a divisão sexual do trabalho se aprofundou e hierarquizou, relegando as mulheres ao papel essencialmente responsável pela reprodução da vida dos trabalhadores. Realizado predominantemente no âmbito privado e sem compensação financeira, este trabalho de reprodução é rotulado como improdutivo, uma vez que não é transacionado no mercado. Assim, apesar de sua importância para a sustentação da sociedade, e do capitalismo, o trabalho de reprodução continua a ser inferiorizado, enquanto apenas o trabalho na esfera pública é amplamente reconhecido e remunerado. Como resultado, todo o desgaste físico e mental das mulheres é negligenciado tanto social quanto economicamente, contribuindo para a sua subordinação (OLIVERA, VIEIRA e BAETA, 2021; BIROLI, 2018).

As estruturas de poder que perpetuam essa subordinação das mulheres destacam a presença de uma dupla moral sexual, a tolerância à violência contra a mulher e a restrição ao controle reprodutivo como elementos fundamentais, se manifestando de forma evidente dentro do ambiente familiar. Os homens, tradicionalmente posicionados como os chefes da família, exercem controle sobre as mulheres, impondo-lhes não apenas uma série de tarefas domésticas, mas também expectativas sobre seu comportamento e papel na sociedade. Esta estrutura familiar, longe de ser apenas uma unidade de convivência, muitas vezes atua como suporte para o sistema capitalista, reforçando as disparidades de gênero que beneficiam a manutenção do *status quo*. Enquanto isso, os papéis de gênero impostos culturalmente fazem perdurar a submissão, já que desde cedo as mulheres são induzidas a sacrificarem suas próprias realizações pessoais em prol do bem-estar alheio. Um exemplo concreto dessa dinâmica é a dificuldade enfrentada por muitas mulheres em deixar relacionamentos abusivos. Além das barreiras emocionais e psicológicas, a falta de independência financeira e material frequentemente as mantém presas nessa situação, especialmente quando há dependentes envolvidos, como filhos ou outros familiares sob sua responsabilidade. (BIROLI, 2018; NOGUEIRA, 2010; OLIVERA, VIEIRA e BAETA, 2021).

Embora para muitos seja imperceptível, especialmente devido à normalização cultural, "a divisão sexual do trabalho consome desigualmente o tempo de mulheres e homens" (BIROLI, 2018, p.45), o tempo e a energia dedicados ao trabalho não remunerado deixam menos recursos disponíveis para as mulheres se dedicarem a outras áreas de suas vidas.

> Cuidar da reprodução da força de trabalho (passada, presente e futura), envolve grande parte do tempo das mulheres, afetando sua inserção laboral e a possibilidade de geração de renda que garanta a independência econômica,

[3] De acordo com Saraiva (2022, p.51), para a teoria feminista, o termo reprodução social ficou consolidado como o conjunto de processos, tarefas e trabalhos que garantem as condições de subsistência diária e de renovação geracional do conjunto da classe trabalhadora.

> bem como seus estudos, sua formação e sua disponibilidade para engajar-se na participação social e política, no lazer e na recreação. (OLIVERA, 2022, p.9)

Apesar das inúmeras atribuições da vida doméstica impostas pelo capitalismo patriarcal e do tempo consumido, gradualmente as mulheres neste sistema se inseriram no mercado de trabalho. Todavia, as responsabilidades domésticas continuaram predominantemente atribuídas a elas. Ou seja, a divisão sexual do trabalho se adaptou de modo a manter balança desigual.

> (...) mesmo ampliando a participação feminina no mundo produtivo as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, a organização da família patriarcal pouco é alterada, o marido se mantém provedor e a esposa a provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho. (NOGUEIRA, 2010, p.59)

Isso significa que a mudança na dinâmica do trabalho produtivo, onde as atividades de reprodução começam a ser comercializadas e remuneradas, de nada adiantou para tornar o serviço doméstico reconhecido socialmente. Mesmo que possam ser pagas pela execução de suas tarefas e com isso contribuir financeiramente para o sustento das suas famílias, as mulheres ainda são vistas como as principais responsáveis pelas tarefas do lar. A naturalização das tarefas atreladas socialmente às mulheres explica a menor valorização monetária das atividades essenciais para o cuidado e a reprodução em contraste com outras ocupações atribuídas tipicamente aos homens, enquanto a divisão sócio-sexual do trabalho perpetua a desvalorização do trabalho feminino assalariado e o desamparo das mulheres no mundo produtivo. Em vista disso, mesmo que haja mais mulheres em espaços antes destinados apenas aos homens, como, por exemplo, os espaços acadêmicos ou do conhecimento, a disparidade persistirá em diversos elementos, como rendas superiores, melhores condições de trabalho, etc. (FURNO, 2016).

3. Racismo Estrutural e o Fardo Triplo das Mulheres Negras

Ao debatermos sobre essa disparidade de gênero, é importante não cogitar a existência de uma experiência feminina universal[4]. Se faz necessário reconhecer que as mulheres não enfrentam apenas uma forma de discriminação, mas sim várias, que podem ser agravadas quando combinadas com outros marcadores sociais de diferença, como raça ou etnia. Quando consideramos as diferentes formas de segregação vivenciadas pelas mulheres, é evidente que as mulheres negras enfrentam desafios singulares. A interseção de sua identidade de gênero com sua identidade racial resulta em preconceitos amplificados em comparação às mulheres brancas. Por isso, segundo Olivera, Vieira e Baeta (2021, p.9) “As múltiplas discriminações e segregações (horizontal e vertical) que vivenciam os corpos feminizados são potenciadas quando experimentadas por mulheres racializadas”.

Se a raça se apresentou desde a constituição do sistema capitalista como elemento fundamental para a hierarquização do trabalho (FURNO, 2016), no final do século XIX, testemunhamos o surgimento de um pacto ideológico que uniu o racismo e o sexismo de uma maneira até então sem precedentes. A supremacia branca e a supremacia masculina, embora historicamente entrelaçadas, encontraram um terreno comum mais sólido, consolidando uma aliança abertamente reconhecida. Esse casamento[5] não só fortaleceu as estruturas de opressão existentes, mas também legitimou e perpetuou narrativas de dominação racial e de gênero, a fim de manter um sistema de poder baseado na subjugação de grupos racializados e das mulheres. Essa união de forças não apenas moldou as estruturas sociais e políticas do século XX, mas também deixou um legado duradouro que continua a moldar as dinâmicas de poder e as lutas por justiça social nos dias de hoje (DAVIS, 1944). Diante disso, o racismo destaca-se como mais uma variável que compõe a sustentação do capitalismo.

[4] SARAIVA, 2022, p.55.
[5] O termo foi usado para fazer uma analogia a essa união selada entre o racismo e o machismo.

Quando examinamos as relações de gênero e raça para entender os impactos da divisão sócio-sexual e racial no mercado de trabalho brasileiro, é evidente uma significativa desigualdade entre homens e mulheres, assim como entre mulheres brancas e mulheres negras. Essas diferenças são consequência do racismo e do patriarcado, que podem ser entendidos como sistemas de dominação que moldam a estrutura social do Brasil. (PASSOS e NOGUEIRA, 2018). Somado ao patriarcado, o racismo perpetua uma condição de precariedade para as mulheres negras, tanto trans como cisgêneros. Elas são as principais vítimas de diversos tipos de abusos, negligências e violências, refletindo os papéis sociais historicamente atribuídos a elas na sociedade escravocrata. Essas mulheres frequentemente enfrentam condições de pobreza, desemprego, mortalidade materna, obstáculos no acesso à saúde, insegurança alimentar, hipersexualização, marginalização política e controle sobre suas sexualidades. Nesse contexto de violações sistemáticas dos direitos humanos das mulheres, as injustiças reprodutivas são normalizadas e legitimadas.

Portanto, ao discutirmos sobre o mito da fragilidade feminina, que historicamente justificou a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, é importante questionar a quais mulheres nos referimos. Ao contestar a fantasia da "rainha do lar" e de "mulher boa aparência", Sueli Carneiro (2014) destaca como as mulheres negras são retratadas como "antimusas" e fora do padrão estético dominante, que é o da mulher branca.

> Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (CARNEIRO, 2014, p.1)

Nesse aspecto, a história da escravização[6] é crucial para entender a configuração histórica, social, econômica, política e racial do Brasil, e suas ramificações nas relações sociais. Desde o período colonial, já se configurava uma divisão sexual do trabalho racializada. Enquanto os homens negros eram essencialmente forçados ao trabalho árduo nos campos, as mulheres negras, que também trabalhavam nas lavouras, adicionalmente eram submetidas os serviços de cuidado. Refletindo um padrão que foi estabelecido nesse período, o trabalho ainda assume um papel central na vida das mulheres negras atualmente, apagando sua existência para além das exigências do trabalho. Davis (1944), analisado o caso dos EUA, apresenta uma realidade similar à do Brasil, pois lá, também como aqui, a equiparação das mulheres negras ao serviço doméstico não foi apenas uma ferida que se curaria com o tempo. Na verdade, mesmo após quase um século da abolição da escravatura, um número significativo de ex-escravas se manteve incapaz de abandonar o trabalho doméstico compulsório.

A persistência desta realidade criou um ciclo de pobreza e marginalização difícil de quebrar, perpetuando a desigualdade ao longo das gerações. Isso sugere que as estruturas de poder e as normas sociais continuaram a perpetuar a subjugação das mulheres negras, mantendo-as confinadas a determinados papéis ocupacionais: “Gerações de mulheres negras – desde as escravizadas até depois da abolição, filhas, netas e bisnetas – se mantiveram trabalhando na casa de outras famílias brancas como empregadas domésticas.” (SARAIVA, 2018, p.66).

Além disso, o racismo estrutural profundamente enraizado na sociedade capitalista tem implicações profundas não apenas na esfera de gênero, mas também na reprodução das desigualdades de classe. Mulheres de diferentes classes sociais enfrentam desafios semelhantes para conciliar trabalho e cuidados, porém, suas capacidades de encontrar soluções são desiguais. Para as mulheres brancas de classes mais abastadas, o trabalho doméstico remunerado muitas vezes é uma escolha, permitindo a elas delegar responsabilidades para poderem se dedicar às suas carreiras profissionais (MANESCHY, 2013; FURNO, 2016). Entretanto, para as mulheres negras

[6] A expressão escravização é utilizada aqui para evidenciar a objetificação e a violação de direitos perpetradas através da força.

essa realidade é profundamente diferente. Elas enfrentam uma pressão adicional para sustentar suas famílias, muitas vezes sendo as principais provedoras de renda, enquanto ainda são relegadas a tarefas domésticas em empregos precários e mal remunerados. Essa realidade cria uma situação em que as mulheres negras são convocadas a desempenhar múltiplos papéis simultaneamente, como mães, esposas e trabalhadoras domésticas, uma dinâmica que as força a negligenciar suas próprias necessidades e as de suas famílias.

> E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças. Enquanto empregadas remuneradas, elas eram convocadas a ser mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas. (DAVIS, 1944, p.225)

E em momentos que exigem maior atenção à saúde, como foi durante a pandemia de COVID-19[7] por exemplo, essa realidade se agrava. O isolamento social necessário para conter a propagação do vírus resultou em um aumento significativo das responsabilidades de cuidado, tanto dentro de casa, com o fechamento de escolas e creches, quanto fora, com o aumento das demandas por cuidados de saúde, contribuindo para aprofundar o descaso com as mulheres negras de baixa renda. Como Olivera (2022, p.19) destaca, elas se encontraram "(...) isoladas de suas redes de apoio, com uma renda diminuída e obrigadas a continuar com seu trabalho diário presencial, em um contexto em que nem sequer têm a possibilidade de acessar um sistema de saúde adequado em caso de adoecimento."

Logo, ao posicionarmos as periferias brasileiras, onde há uma maior concentração de pessoas negras, no centro do debate, intensificamos os desafios enfrentados por essas mulheres. A carência de infraestrutura, como saneamento básico, expõe-nas a condições insalubres e aumenta os riscos à saúde. Além disso, elas sofrem com a violência institucional, muitas vezes resultado de políticas discriminatórias, e com a violência doméstica, enraizada na estrutura patriarcal mencionada anteriormente. As barreiras educacionais, como a falta de acesso a escolas de qualidade e oportunidades de aprendizado, ampliam a lacuna de desigualdade, privando-as de oportunidades de empregos dignos e mais bem remunerados. Esses fatores combinados reduzem seu tempo disponível para atividades fundamentais, como estudos, interações sociais e autocuidado (OLIVERA, 2022). Como resultado, essas mulheres vivem uma realidade de vulnerabilidade e exclusão, onde a luta pela sobrevivência, em grande parte do tempo, se sobrepõe à busca por sonhos e conquistas pessoais.

4. Conclusão

Diante da análise apresentada, espera-se ter ficado evidente de que forma a inserção econômica das mulheres negras periféricas é profundamente influenciada pelas interseções entre gênero, raça e classe. A divisão sexual do trabalho, combinada com o racismo estrutural, impõe barreiras significativas que dificultam a autonomia e a ascensão socioeconômica dessas mulheres. A naturalização das tarefas domésticas e de cuidado como responsabilidades femininas perpetua a desvalorização de seus trabalhos, tanto remunerados quanto não remunerados, e limita suas oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal, mantendo-as em um ciclo histórico de pobreza e subalternidade.

Referências

[7] Doença causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 em Wuhan, China. A doença se espalhou rapidamente pelo mundo, levando a uma pandemia global.

BIROLI, Flavia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. [s.l.] Boitempo Editorial, capítulo 1, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 2013.

DAVIS, Angela. 1944 - Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] tradução: Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

FURNO, Juliane da Costa. A longa abolição no Brasil: transformações recentes no trabalho doméstico. Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol 27, n. 2, p. 50, 2016.

HIRATA, Hirata.; KERGOAT, Danièlle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos De Pesquisa, 37(132), 595–609, 2007.

MANESCHY, Maria Cristina. O Emprego Doméstico e as Relações de Gênero no Mundo do Trabalho. In: Gênero na Amazônia: Belém, n. 3, p. 207-218, jan./jun, 2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. Revista Aurora, v. 3, n. 2, p. 59–62, 2010.

OLIVERA, Margarita. Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista. Revista Praia Vermelha, v. 32, n. 1, 2022.

OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice; BAETA, Fernanda. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista. Texto pra Discussão, TD 018, 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho. Revista Katalysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez, 2018.

SARAIVA, Clara. Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 48-73, jan./jun. 2022.

TEIXEIRA, Marilane. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. In: GRECCO, F.; FURNO, J.; TEIXEIRA, M. (org.), Dossiê - Economia Feminista, Revista Temáticas, Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, v. 26, n. 52, p. 135-166, 2018.